



Tomada de posição sobre as Aprendizagens Essenciais - proposta do GTEDU

O Bloco de Esquerda considera que a revisão das Aprendizagens Essenciais anteriormente colocadas em consulta pública representa uma alteração profunda do paradigma curricular da Escola Pública, levantando sérias preocupações pedagógicas, democráticas e profissionais.

Sob a aparência de um mero “aperfeiçoamento técnico”, o que esteve em discussão foi uma transformação estrutural da relação entre currículo, avaliação e autonomia pedagógica. As novas Aprendizagens Essenciais deixavam de assumir claramente o papel de referencial orientador e aberto, passando a configurar um instrumento crescentemente normativo, centrado na standardização das aprendizagens, na intensificação dos mecanismos de avaliação e no reforço do controlo sobre o trabalho docente.

A Escola Pública não pode ser reduzida a um modelo de gestão por indicadores, descritores e desempenhos padronizados. A educação é um processo complexo, relacional, cultural e emancipador, que não se esgota na produção de resultados mensuráveis nem na fragmentação das aprendizagens em microcompetências avaliáveis. Como foi alertado por diversos especialistas e investigadores, existia um risco real de estreitamento curricular, empobrecimento do conhecimento e subordinação da educação a uma lógica tecnocrática e utilitarista.

O enquadramento proposto para as Aprendizagens Essenciais acentuava uma lógica em que a avaliação tenderia a determinar o currículo e a prática pedagógica, condicionando a autonomia dos professores e transformando a avaliação interna num prolongamento da regulação externa. A introdução de descritores nacionais de desempenho e níveis como “Proficiente” e “Avançado” tenderia inevitavelmente a promover uniformização pedagógica, burocratização das práticas e intensificação do trabalho docente, através da multiplicação de grelhas, registos e evidências formais.

O Bloco de Esquerda rejeita uma visão da educação subordinada exclusivamente ao paradigma das “competências”, do “saber-fazer” e da adaptação funcional às exigências económicas. A Escola Pública deve garantir o acesso universal ao conhecimento científico, artístico, histórico e cultural socialmente produzido, assegurando a todos os alunos o direito a aprendizagens exigentes, significativas e emancipadoras. A redução dos conteúdos disciplinares a instrumentos para o treino de competências transversais ou comportamentais representa um empobrecimento da própria ideia de educação.

Preocupava-nos igualmente a crescente digitalização implícita neste modelo, associada a processos permanentes de monitorização, recolha de evidências e gestão performativa das aprendizagens, sem que existisse evidência sólida sobre os benefícios pedagógicos dessa intensificação tecnológica, sobretudo em idades precoces.

O processo de consulta pública evidenciou ainda problemas de transparência e participação democrática. Um documento com este impacto estrutural no currículo nacional não deveria



Grupo de Trabalho da Educação do Bloco de Esquerda

surgir sem identificação clara das equipas responsáveis pela sua elaboração nem sem um verdadeiro envolvimento dos professores, educadores, associações científicas e comunidades educativas.

Defendemos uma Escola Pública assente na confiança nos profissionais, na autonomia pedagógica das escolas e dos docentes, na valorização do conhecimento e na construção de respostas educativas contextualizadas e inclusivas. Isso implica rejeitar modelos de governação educativa excessivamente centralizados, padronizados e orientados pela lógica da performatividade.

O Bloco de Esquerda defende:

- a revisão profunda deste modelo curricular;
- a salvaguarda da autonomia pedagógica e curricular das escolas e dos docentes;
- a separação clara entre currículo orientador e mecanismos de avaliação externa;
- a redução da burocracia associada à avaliação;
- o reforço do investimento em condições de trabalho, tempo pedagógico e formação contínua;
- a valorização do conhecimento disciplinar e culturalmente significativo;
- a participação efetiva dos profissionais da educação na construção curricular;
- a garantia de uma escola inclusiva, democrática e promotora de igualdade.

A qualidade da Escola Pública não se constrói através da uniformização e do controlo, mas através da valorização do trabalho docente, da confiança pedagógica e do compromisso com uma educação crítica, humanista e emancipadora.

Aprovado em reunião de 25 de maio de 2026

Pelo GTedu do BE

Alexandra Vieira

Cátia Domingues

Jorge Humberto Nogueira

Maria Veríssimo